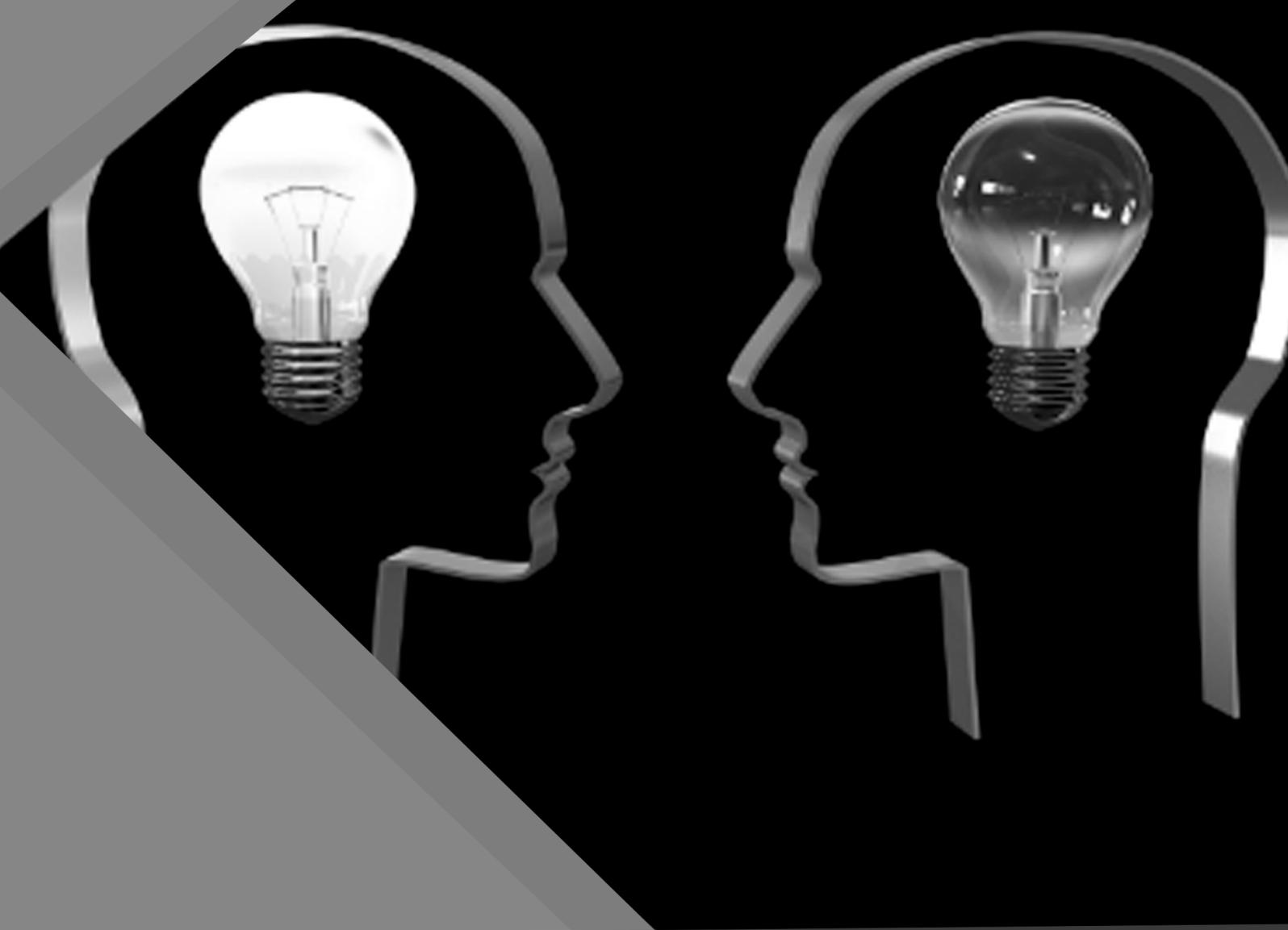




Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas 2

Atena
Editora
Ano 2020



Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas 2

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

ados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D611	<p>Discussões interdisciplinares no campo das ciências humanas 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do E. Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-128-2 DOI 10.22533/at.ed.282202306</p> <p>1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. I. Pereira, Denise. II. Santo, Janaína de Paula do E.</p> <p style="text-align: right;">CDD 300</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Humanas se constitui em uma coletânea de artigos preocupada em apresentar e discutir a miríade de possibilidades das humanidades enquanto área de conhecimento. A interdisciplinariedade tem sido uma busca e um alvo constante nas discussões da área, e do processo de ligação entre as diferentes áreas de conhecimento. Isso está presente na formação da palavra, composta pelo prefixo inter, ou seja, dentro, entre, e a palavra disciplinar, que marca, o sentido pedagógico de um campo ou de uma área de pesquisa. Reconhecer as ciências humanas como um espaço plural e em constante diálogo tem sido um dos desafios dos últimos tempos. Trata-se de um processo dinâmico, que busca a compreensão ampliada dos diferentes saberes.

Neste sentido evocamos a noção de interdisciplinaridade de Weil, D'Ambrosio e Crema (1993) que chamam a atenção para o aspecto de síntese do conceito, e a possibilidade de abarcar, em diálogo, duas ou mais disciplinas, constituindo um discurso em diferentes níveis, que são caracterizados por uma nova linguagem descritiva e novas relações estruturais, nos diversos campos científicos. Ainda neste sentido, mas em um olhar ainda mais abrangente, Lück (1999) aponta que a interdisciplinaridade é um processo que envolve a integração e o engajamento de pesquisadores, num trabalho conjunto. Essa interação visa, especialmente se contrapor à fragmentação do conhecimento em um empenho para alcançar um ambiente de saberes cidadãos, de uma visão mais ampla de mundo, do enfrentamento de problemas complexos, do conhecimento amplo como uma ferramenta de interpretação da realidade, e por consequência, da construção de amplitude nos processos de olhar o mundo.

Há que se caminhar, cada vez mais para a visão de um conhecimento circular e dinâmico, constitutivo e dialógico, de formação de sentidos para a experiência no mundo, no tempo e no espaço, que fortaleçam, demonstrem e explorem, cada dia mais, o impacto da percepção humana no processo de absorção do conhecimento (ou seja, o modo de ver, classificar e elaborar) para além da ideia de uma ferramenta de análise, mas, muito especialmente, como uma forma de estimular o pensamento. Um canal de formação de sentidos.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira

Janaína de Paula do E. Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA NA PRÁXIS EXTENSIONISTA – INDICADORES DE AUTOGESTÃO NA INCUBAÇÃO DO NÚCLEO DE PRODUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BEM DA TERRA/RS	
Tiago de Garcia Nunes Samantha Vieira Zschornack Diego Rodrigues Gonçalves Solaine Gotardo	
DOI 10.22533/at.ed.2822023061	
CAPÍTULO 2	13
CAMELÔS E PREFEITURA MUNICIPAL: TERRITORIALIDADES E CONFLITOS NO CENTRO COMERCIAL DE FEIRA DE SANTANA (BA)	
Alessandra Oliveira Teles	
DOI 10.22533/at.ed.2822023062	
CAPÍTULO 3	26
SOBRE DUALISMOS E COMPLEMENTARIDADES: NA CIÊNCIA, A FLUIDEZ EM PERSPECTIVA	
Rodrigo Dutra Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.2822023063	
CAPÍTULO 4	45
AS CATEGORIAS: REGIÃO, COMUNIDADE E TRADICIONAL NO CONTEXTO HISTÓRICO DO GRUPO SOCIAL DE CANABRAVA	
Letícia Aparecida Rocha Edivaldo Ferreira Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.2822023064	
CAPÍTULO 5	59
A MEDIAÇÃO COMO MÉTODO ADEQUADO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA SEARA FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA	
Jessyca Fonseca Souza	
DOI 10.22533/at.ed.2822023065	
CAPÍTULO 6	71
A MISSÃO FRANCESA: UMA REFLEXÃO SOBRE A INFLUÊNCIA DOS <i>ANNALES</i> NO BRASIL NOS ANOS 30	
André Augusto Abreu Villela	
DOI 10.22533/at.ed.2822023066	
CAPÍTULO 7	88
A REVOLTA NOBILIÁRIA DE 1272/1273 NA CRÔNICA DE ALFONSO X, O SÁBIO	
Luiz Augusto Oliveira Ribeiro Jaime Estevão dos Reis	
DOI 10.22533/at.ed.2822023067	

CAPÍTULO 8	100
DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO: DIÁLOGOS EMANCIPATÓRIOS EM PODCAST E VIDEO	
Vera Borges de Sá Isabelle Barbosa da Silva Julianne Ferreira de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.2822023068	
CAPÍTULO 9	111
IDENTIDADE E DIFERENÇA: NOTAS INTERDISCIPLINARES PARA A PESQUISA JUNTO AOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS	
Diana Cibele de Assis Ferreira Halda Simões Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2822023069	
CAPÍTULO 10	121
POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGENDA SOCIAL QUILOMBOLA: PERCEPÇÕES E DESAFIOS	
César Augusto Fernandes Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28220230610	
CAPÍTULO 11	136
INVESTIGAÇÃO DO DIMORFISMO SEXUAL EM ESQUELETOS HUMANOS ATRAVÉS DA MEDIÇÃO DOS OSSOS DO QUADRIL	
Ellen Mayara Lima Silva Marcela Martins da Silva Nascimento Taciana Rocha dos Santos Carolina Peixoto Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.28220230611	
CAPÍTULO 12	143
O ETERNO RETORNO DOS MORTOS E DEUSES: UMA LEITURA DO CONCEITO EM <i>ARAWETÉ: OS DEUSES CANIBAI</i> S	
Maria Carolina Moreira Moracci	
DOI 10.22533/at.ed.28220230612	
CAPÍTULO 13	154
LEIBNIZ: UM HOMEM A FRENTE DE SEU TEMPO, FILÓSOFO, MATEMÁTICO E CRISTÃO ECUMENICO	
Izaías Geraldo de Andrade Maria das Dores Andrade de Barros	
DOI 10.22533/at.ed.28220230613	
CAPÍTULO 14	167
MEMÓRIA COLETIVA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	
Leila Sala Prates Ferreira Tânia Rocha Andrade Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.28220230614	

CAPÍTULO 15	176
MIGRAÇÕES E MOBILIZAÇÃO PARA O TRABALHO NA HISTÓRIA DA MODERNIZAÇÃO Allan Rodrigo de Campos Silva DOI 10.22533/at.ed.28220230615	
CAPÍTULO 16	189
MULTIDIMENSÃO DAS DEMÊNCIAS EM IDOSOS Márcia de Oliveira Siqueira Leonardo Saraiva Lia Mara Wibelinger DOI 10.22533/at.ed.28220230616	
CAPÍTULO 17	198
OS EFEITOS DO CONSUMISMO NAS RELAÇÕES SOCIAIS: O DESCARTE DO OUTRO NA MODERNIDADE LÍQUIDA Matheus Luiz de Souza Céfaló DOI 10.22533/at.ed.28220230617	
CAPÍTULO 18	214
PARADIGMAS DE DESENVOLVIMENTO NA ERA DO NEOLIBERALISMO PROGRESSISTA: AS MUTAÇÕES DO CAPITALISMO E O PAPEL DA CRÍTICA Natália Sant Anna Torres DOI 10.22533/at.ed.28220230618	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	227
ÍNDICE REMISSIVO	228

PARADIGMAS DE DESENVOLVIMENTO NA ERA DO NEOLIBERALISMO PROGRESSISTA: AS MUTAÇÕES DO CAPITALISMO E O PAPEL DA CRÍTICA

Data de aceite: 17/06/2020

Data de submissão: 03/03/2020

Natália Sant Anna Torres

Universidade Federal do Rio de Janeiro -
Instituto de Economia

Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3255004143255890>

RESUMO: O artigo analisa os fundamentos e as limitações de um conjunto de estratégias de desenvolvimento insurgidas no bojo do sistema capitalista neoliberal a partir da virada do milênio, os chamados “negócios inclusivos”. Para tal, o período entre as décadas de 1980 e 2010 é observado tendo como fio condutor a atuação de dois organismos multilaterais – a Organização das Nações Unidas e o Banco Mundial – e 107 casos de negócios considerados inclusivos por tais organismos são analisados, a fim de entender de que modo tais estratégias se edificam como respostas do sistema capitalista a seus críticos.

Apoiamo-nos nas análises de Boltanski e Chiapello (1999) para compreender o conjunto de justificações que sustentam estas iniciativas no plano simbólico. Uma particular atenção é dada ao longo da análise ao papel da crítica – social e estética – como

instrumento balizador das abordagens de desenvolvimento mais proeminentes no período.

Concluimos que tais modelos não fazem frente às assimetrias estruturais do sistema produtivo e distributivo mundial, à medida que não rompem substancialmente com os parâmetros materiais e simbólicos do sistema vigente, mas sim dão forma ao chamado “neoliberalismo progressista”.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Internacional; Organismos Multilaterais; Negócios Inclusivos; Neoliberalismo Progressista; Crítica.

DEVELOPMENT PARADIGMS IN THE AGE OF PROGRESSIVE NEOLIBERALISM: THE CHANGES OF CAPITALISM AND THE ROLE OF CRITICISM

ABSTRACT: The article analyzes the foundations and limitations of a set of development strategies risen along the turn of the millennium within the neoliberal capitalist system, the so-called “inclusive businesses”. To this end, the period between the 1980s and 2010 is observed from two multilateral organizations’ perspective – the United Nations and the World Bank –, and we analyze 107 business cases recognized as inclusive businesses by such organizations, to understand how these strategies are built

as responses of the capitalist system to its critics.

We rely on the analysis of Boltanski and Chiapello (1999) to understand the set of justifications that support these initiatives at the symbolic level. Throughout the analysis, a particular attention is given to the role of criticism – both its social and aesthetic side – on shaping most prominent development approaches in the period.

We conclude that such models do not tackle the structural asymmetries of the world productive and distributive system, as they do not substantially break with the material and symbolic parameters of the neoliberal spirit of capitalism, but rather strengthen the so-called “inclusive neoliberalism”.

KEYWORDS: International Development; Multilateral Organizations; Inclusive Business; Progressive Neoliberalism; Criticism.

1 | INTRODUÇÃO

Em meados da década de 2000, uma suposta metamorfose no bojo do sistema capitalista neoliberal ganhava espaço em meio ao debate de desenvolvimento internacional. Richardson (2001), Craig & Porter (2005), e Ruckert (2006) apontavam para o surgimento de um neoliberalismo aparentemente mais “humano”, ao observar a emergência de uma série de políticas – organizadas em torno de palavras-chave como “inclusão”, “oportunidade” e “empoderamento” – que se propunham a unir ajustes econômicos neoliberais e inclusão social, em resposta às instabilidades políticas e sociais que se intensificavam globalmente desde a década anterior.

Na década seguinte, de maneira análoga, Nancy Fraser (2017) traz a luz a emergência do que seria um “neoliberalismo progressista”. Segundo a autora, tratava-se de uma nova configuração socioeconômica baseada no paradoxal casamento entre interesses do setor financeiro e correntes liberais ligadas às pautas identitárias dos novos movimentos sociais, como feminismo, antirracismo, o movimento LGBTI+, o ambientalismo, entre outros.

O presente artigo explora um microcosmo desta metamorfose em curso no bojo do sistema capitalista neoliberal – os chamados “negócios inclusivos” –, cuja presença tem-se ampliado crescentemente na agenda dos organismos multilaterais e do setor privado, evidenciam um movimento dos agentes econômicos em direção a abordagens de desenvolvimento e inclusão social conduzidas pelo mercado. Na análise, observamos os possíveis fundamentos e limitações deste conjunto de estratégias de desenvolvimento insurgidas a partir da virada do milênio, a partir da observação de seus condicionantes históricos e do conjunto de justificações que lhe dão sustentação no plano simbólico.

2 | O CAPITALISMO NEOLIBERAL E A PLASTICIDADE DO SISTEMA CAPITALISTA

Contrariando diversas previsões sobre seu colapso, o sistema capitalista tem se mostrado extremamente resiliente às crises pelas quais foi desafiado. O prognóstico marxista, segundo o qual o capitalismo sucumbiria em decorrência da instabilidade social, econômica ou política gerada pela queda contínua da taxa de rendimento do capital, não se

verificou. Mesmo as predições menos apocalípticas, como a de Schumpeter, segundo a qual o capitalismo se esgotaria pela redução de seu ímpeto inovador, em decorrência da própria evolução da economia capitalista, mostram-se questionáveis.

Na análise de Boltanski e Chiapello (1999), o que garante tal plasticidade e sobrevivência são, justamente, os pontos de convergência entre o sistema de acumulação ilimitada e a crítica de seus “inimigos”. Segundo os autores, a crítica é tida como motor propulsor de transformações do sistema capitalista, dada sua capacidade de aglutinar heterodoxias a ele, remontando à ideia polanyiana de “contramovimento”. Assim, paradoxalmente, os críticos ao capitalismo teriam ensejado as transformações necessárias, não somente para fortalecer os mecanismos de proteção da sociedade, como também para ocasionar mudanças incrementais capazes de frear o ímpeto autodestrutivo do sistema.

Segundo esta análise, certos aspectos da crítica, ao serem incorporados ao plano simbólico e ao *modus operandi* do capitalismo, oferecem aos indivíduos justificativas morais para se engajarem no sistema de acumulação. Isto, pois, tendo o processo de acumulação capitalista um caráter amoral, é através da interiorização de justificativas morais exógenas a ele – ou seja, a crítica – que o sistema capitalista reúne insumos para construir uma plataforma ideológica mobilizadora aos indivíduos, o chamado “espírito do capitalismo¹” (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 1999).

O espírito vigente desde a década de 1980, que caracteriza o sistema capitalista neoliberal na visão de Boltanski e Chiapello (1999), é fruto do esgotamento de elementos cívicos e industriais estruturantes do espírito anterior, e tem como símbolo a empresa em rede, o trabalho organizado por projetos temporários, equipes difusas, possibilitados pela descentralização da produção e outros fatores ligados à globalização.

Este espírito, por sua vez, seria resultado de uma sobreposição, ao longo das décadas de 1970 e 1980, da crítica de cunho estético sobre às críticas de cunho social. Por um lado, a crítica social – aquela relacionada às pautas coletivas, ao movimento socialista, à luta por garantias de bem-estar e redistribuição – teria perdido força com a flexibilizações do trabalho e produção característicos do período e o conseqüente enfraquecimento de organizações coletivas, como os sindicatos. Por outro lado, crítica estética – aquela relacionada às pautas libertárias e identitárias, ao movimento hippie, à contracultura e às liberdades individuais – haveria ganhado espaço e respaldo ao serem paulatinamente cooptadas pelo universo corporativo e a servirem de insumo à revolução gerencial que se seguiu nos anos 1980.

A contestação das hierarquias e rigidez social impostas pela ordem produtiva anterior passa a dar espaço às empresas em rede e a flexibilização das relações de trabalho. Nesta configuração, os trabalhadores tendem a ser mobilizados pela promessa de mobilidade, inovação, gestão horizontal, fluidez de funções, conexões, e não mais pelas garantias de estabilidade.

1 Para Boltanski e Chiapello (1999), o elemento capaz de equacionar a assimetria entre a insaciabilidade do sistema e a saciabilidade de seus atores seria o chamado “espírito do capitalismo”, isto é, a ideologia, o conjunto de crenças que justifica e legitima o engajamento dos indivíduos no sistema. Este espírito não seria estático, à medida que necessita constantemente angariar ideias para manter os indivíduos mobilizados.

3 | ANOS 1990, O RESSURGIMENTO DA CRÍTICA SOCIAL E A CONFORMAÇÃO DO NEOLIBERALISMO PROGRESSISTA

Embora o aumento da riqueza e renda agregada globalmente seja um fato inegável, a imposição da cartilha neoliberal se mostrou desastrosa para grande parte dos países em desenvolvimento. Nas nações que gozaram de algum crescimento, os benefícios acabaram por se acumular entre os 10 por cento mais ricos, enquanto a pobreza permaneceu alta, acirrando assim as desigualdades “intra” e “inter” nações (STIGLITZ, 2002).

Como consequência, a consolidação da cartilha neoliberal a partir da década de 1990 trouxe consigo uma grande onda de questionamento acerca de sua efetividade para o desenvolvimento, reavivando novamente movimentos críticos relacionados às pautas redistributivas e combate às desigualdades.

Na comunidade acadêmica, inúmeros críticos ganham destaques ao denunciarem os erros sistemáticos das políticas econômicas recomendadas pelo “Consenso de Washington”, tais como o prêmio Nobel Joseph Stiglitz, Noam Chomsky, Ha-Joon Chang, Amartya Sen, entre muitos outros.

No campo dos movimentos sociais, as chamadas revoltas e articulações “antiglobalização” marcam a renovação da crítica social. Diversos movimentos transnacionais ganham destaque durante a década de 1990, ao trazerem o acirramento das injustiças sociais novamente ao debate público. Entre elas, estão o Fórum Social Mundial, a Ação Global dos Povos, o levante do movimento Zapatista, os conflitos em torno das reuniões da Organização Mundial do Comércio (OMC), os boicotes “anti-sweatshops”, entre outros.

A resposta política à reorganização da crítica social se conforma, no âmbito da política doméstica, em torno dos governos da “Terceira Via”, marcados sobretudo pelos mandatos de Bill Clinton e Tony Blair. Através de propostas conciliatórias entre políticas favoráveis ao grande capital e proteção social, a corrente da Terceira Via caracterizava-se por fazer concessões às críticas sociais emergentes, sem romper inteiramente com premissas neoliberais.

No âmbito das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), a resposta às críticas sociais se deu, sobretudo, pelo surgimento do Marco Integral de Desenvolvimento (*Comprehensive Development Framework – “CDF”*) em 1999. A nova linha de ação do Banco Mundial – uma espécie de revisão dos controversos Programas de Ajustes Estruturais (SAPs) – fundamentava-se em uma visão multidimensional do desenvolvimento – social, econômico, ambiental e financeiro – e em uma estratégia de longo prazo com foco a redução da pobreza e no protagonismo dos governos de países em desenvolvimento na condução dos processos (WORLD BANK, 1999, 2001 e 2002).

O CDF, ao trazer para a agenda das IFIs o tema da redução da pobreza, tenta incorporar “heterodoxias” e harmonizar o tema do desenvolvimento humano com o antigo foco em crescimento econômico, isto é, sem abandonar a ênfase em políticas macroeconômicas de austeridade fiscal e na prescrição de instituições pró mercado para o desenvolvimento (UNCTAD, 2003).

Portanto, em resposta aos atritos e conflitos que emergiram na segunda metade da

década de 1990, uma onda de programas e políticas centristas e conciliatórias toma conta, tanto do discurso das Banco Mundial, quanto de uma série de governos nacionais simpatizantes da Terceira Via, tendo como ponto de intersecção conceitos como “oportunidade”, “inclusão” e “empoderamento” (CRAIG & PORTER, 2005).

No que tange às Nações Unidas – que durante as três décadas anteriores endereçaram críticas² substantivas ao paradigma de desenvolvimento neoliberal – é possível observar um paulatino reposicionamento a partir da virada do milênio, sobretudo em relação à aproximação com o setor privado (ADAMS & MARTENS, 2015). Entre os marcos mais relevantes desta mudança está a criação, em 1998, de um sistema de captação de doações do setor privado para as Nações Unidas – a UN Foundation e o Fundo das Nações Unidas para Parcerias Internacionais – e, especialmente, a criação em 1999 do Pacto Global, sob o discurso se formar uma aliança mundial entre líderes do setor privado para dar uma “face humana” ao mercado internacional. Desde então, o Pacto Global se tornou o mais importante veículo de cooperação entre as Nações Unidas e as empresas (ADAMS & MARTENS, 2015).

A atuação das Nações Unidas a partir da virada do milênio, portanto, ainda que traga um questionamento à associação direta entre crescimento econômico e desenvolvimento, distancia-se da compreensão do desenvolvimento como um problema de economia política, isto é, enquanto uma disputa distributiva inserida em uma estrutura assimétrica de poder.

Deste modo, na virada o século, o clima conflituoso entre Nações Unidas e IFIs dá espaço então a uma paulatina convergência de posturas. De um lado, as Nações Unidas começam a considerar, cada vez mais, o setor privado como um agente central na promoção do bem-estar social. Do outro lado, as Banco Mundial e FMI reconhecem, ainda que parcialmente, as limitações dos ajustes estruturais neoliberais e iniciam uma série de reformas em seus programas, como resposta às críticas sociais que ressurgem nos anos de 1990.

Assim, a plasticidade do capitalismo novamente se torna evidente, com o surgimento de uma versão aparentemente mais inclusiva de si mesmo, capaz de adaptar-se a certas demandas progressistas com facilidade, deixando de lado, contudo, demandas redistributivas mais profundas e estruturais relacionadas às assimetrias da economia global.

4 | NEGÓCIOS INCLUSIVOS E AS CONTRADIÇÕES DO NEOLIBERALISMO PROGRESSISTA

Na passagem da década de 1990 e 2000, as práticas de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) despontam em meio às grandes corporações como importante instrumento

² A formação da CEPAL na década de 1940, da UNCTAD na década de 1960 e do New International Economic Order (NIEO) demonstram como a ONU foi um espaço para reflexões críticas sobre os desequilíbrios do sistema econômico mundial. Neste contexto, dá-se também a criação, em 1974, da Comissão das Nações Unidas sobre Corporações Transnacionais (UNCTC), com o objetivo de estabelecer um código de conduta para as multinacionais. Da mesma forma, ao longo dos anos de 1980, a OIT, a OMS, o UNICEF, o PNUD e a ECA desempenharam um importante papel de oposição, ao endereçar fortes críticas e estudos acerca do aumento da pobreza e agravamento do sofrimento humano decorrentes dos Programas de Ajustes Estruturais (PAUL, 1996; STIGLITZ, 2002; RUCKERT, 2006; JOLLY, 2014).

de gestão de crises na opinião pública, gerenciamento de interesses de stakeholders, mitigação de riscos reputacionais e motivação empregados (KOTLER, HESSEKIEL, LEE, 2012).

Na esteira deste movimento, a atividade empresarial passa a ser compreendida como um mecanismo profícuo para a inclusão de grupos socioeconômicos periféricos. Surge assim o conceito de “negócios inclusivos”, cunhado em 2005 pelo *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), para denominar “empreendimentos que vão além da filantropia, integrando as comunidades de baixa renda nas cadeias de valor das empresas como clientes, fornecedores, varejistas e distribuidores”.

Encorajadas por esta nova concepção do papel do setor privado no desenvolvimento, nascem dentro do sistema ONU uma série de iniciativas voltadas à temática de inclusão via cadeia de valor, tais como o *Growing Inclusive Markets* (2007), a plataforma *Business Call to Action* (2008) e o *Istanbul International Center for Private Sector in Development* (2011). O Banco Mundial, por sua vez, através do *International Finance Corporation* (IFC), declara ter investido, desde 2005, mais de 18 bilhões de dólares em 550 negócios inclusivos em mais de 90 países. Em 2010, como reflexo da evolução da importância atribuída ao tema dentro do Banco, é criado dentro da IFC um departamento especificamente orientado ao tema de negócios inclusivos.

Simultaneamente, a ideia ganha uma crescente ressonância juntamente às escolas de negócios e “gurus” da administração e marketing. Destacam-se o trabalho de C.K. Prahalad (2004), acerca das oportunidades de negócios na “Base da Pirâmide³” (BoP) e o conceito de “Valor Compartilhado⁴”, de Michael Porter e Mark Kramer (2011), que sugere que as empresas deveriam reconectar seu sucesso com o progresso social. Ambas as teses serviram como fundamento para influenciar diversas estratégias de RSE de grandes corporações, como Unilever, P&G, L’Occitane, Coca-Cola, por exemplo.

Assim, a amplitude global que ganhou o conceito de mercados inclusivos a partir da metade da década de 2000 demonstram que respostas do sistema capitalista global aos desafios de desenvolvimento atuais e aos questionamentos da crítica têm se organizado de maneira incisiva, ainda que não exclusiva, em torno da bandeira da “inclusão via mercado”. É fundamental observar que tal deslocamento das relações de negócio em direção à base da pirâmide é chave para que o espírito do capitalismo realmente o engajamento das pessoas na produção, visto que um negócio de “impacto” tende a ter maior facilidade em recrutar profissionais, reter talentos e fidelizar consumidores. Segundo relatório da iniciativa *Business Call to Action* (2016):

3 A “abordagem da Base da Pirâmide” (BoP) sugere que há um de compra inexplorado em meio à população de baixa renda e que ao operar nestes segmentos de renda, comercializando produtos e serviços, o setor privado supostamente contribuiria para a erradicação da pobreza, além de agregar inovações e oportunidades de lucro às empresas (PRAHALAD, 2004).

4 O conceito do “valor compartilhado”, cunhado por Michael Porter e Mark Kramer em 2011, sugere que a solução para os problemas de desenvolvimento residiria na criação de valor econômico concomitante ao valor para a sociedade, sugerindo que as empresas deveriam reconectar seu sucesso com o progresso social. Esta mudança, por sua vez, alimentaria a próxima onda de inovação e crescimento da produtividade na economia global.

As empresas agora competem globalmente por habilidades técnicas e profissionais cada vez mais escassas. Com a crescente transparência nas operações das empresas, todas as gerações de trabalhadores – millenniaus, baby boomers, aposentados e geração Xers – estão tomando decisões de emprego com base no tipo de impacto que as empresas estão tendo no mundo. (BUSINESS CALL TO ACTION, 2016, p. 12)

Na mesma linha, uma pesquisa publicada pela Deloitte⁵ constatou que geração Millennials tende a buscar carreiras “com proposito”, usando ferramentas de negócios, tecnologia e empreendedorismo para “transformar o mundo”. Por isso, as respostas das empresas em relação aos novos imperativos de engajamento dos empregados têm se dado, entre outras coisas, através de modelos de negócios inclusivos:

“Empresas multinacionais como SC Johnson, Grupo Danone, GE e Unilever lançaram unidades de negócios de inovação social, encarregadas de desenvolver produtos e serviços para grupos difíceis de alcançar, desfavorecidos e clientes da base da pirâmide.” (DELOITTE UNIVERSITY PRESS, 2015, p.3).

Portanto, ao imprimir em seu discurso uma promessa de transformação do mundo a partir das capacidades individuais – como empreendedorismo, dedicação e criatividade pessoal, autenticidade, reunidos na figura dos “*changemakers*” – a dinâmica do sistema capitalista busca produzir novas justificativas de engajamento individual para responder às críticas sociais e entusiasmar seus agentes.

A ideia de incluir a população de menor renda em diferentes segmentos das cadeias de valor, para além da empregabilidade, permite classificar as experiências mapeadas em três abordagens principais⁶: 1) a inclusão via cadeia de fornecimento, ou seja, quando pequenos produtores são compreendidos como fornecedores; 2) a inclusão via cadeia de distribuição, quando indivíduos de baixa renda são incorporados como vendedores e distribuidores; e 3) via consumo, através da venda de produtos e serviços que atendam demandas específicas das populações de baixa renda.

A partir destas três abordagens, classificamos os 107 estudos de casos elaborados pela IFC Inclusive Business⁷ e pelos programas *Growing Inclusive Markets*, *Business Call to Action* e Iniciativa Incluir, do PNUD⁸, e buscamos destacar características comuns e limitações para cada uma delas.

Dos 107 casos da amostra observada, 31% deles baseiam-se em mecanismos de inclusão via **cadeias de fornecimento**. Destes, 73% estão relacionados à compra de

5 Estudo disponível em: <http://dupress.com/articles/harnessing-impact-of-corporate-social-responsibility-on-talent/>

6 Observamos também um modelo adicional de inclusão, no qual indivíduos de menor renda tornam-se acionistas do negócio, porém a representatividade na amostra é pequena e, portanto, optamos por excluí-la da análise.

7 Casos disponíveis em: http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Inclusive+Business/Resources/CASE+STUDIES/

8 Casos disponíveis em: <http://www.iniciativaincluir.org.br/secao/25/Casos-de-Negocios-Inclusivos>; <http://www.businesscalltoaction.org/resources#>; e em <http://www.growinginclusivemarkets.org/>

commodities ou produtos de baixo valor agregado de países em desenvolvimento. Em sua maioria, tratam-se de multinacionais que, tendo em vista fortalecer suas cadeias de suprimentos e reduzir custos de transação, investem nas comunidades locais e cooperativas de pequenos produtores a fim de ampliar suas margens de receita e fortalecer suas capacidades produtivas, a la “*fair trade*”. Como exemplo, destacam-se o caso da L’Occitane e a cadeia da manteiga de karité em Burkina Faso, da Sab Miller e a cadeia de cevada na Índia, da IKEA e a produção de algodão no Paquistão, a Kraft Foods e a cadeia do Cacau em Gana e a Diageo e a produção de sorgo em Camarões.

Tais experiências, comparados aos modelos tradicionais, mostram-se inegavelmente positivas no que tange à construção de relações comerciais mais justas e aos benefícios imediatos dos pequenos produtores. Contudo, observados sob uma ótica de desenvolvimento de longo prazo, nota-se que tais modelos dificilmente farão frente às assimetrias estruturais do sistema produtivo e global, tampouco às pressões competitivas no comércio internacional. Neste sentido, Erik Reinert (2008) sugere que que uma economia paliativa, enfocada predominantemente no alívio dos efeitos da miséria, estaria roubando o espaço da verdadeira economia do desenvolvimento, que, segundo ele, deveria visar mudanças radicais nas estruturas produtivas dos países pobres.

Dentre os 107 casos, 21% apresentaram iniciativas de fomento ao empreendedorismo como estratégia de ***inclusão via cadeias de distribuição***. O Sistema de Vendas Direta⁹, que se popularizou como principal canal de vendas de indústrias de cosméticos como Natura e Avon, tem se expandido fortemente entre outras multinacionais do setor bens de consumo – como Unilever, Nestlé, Coca-Cola, e Ajinomoto – que têm se utilizado do recrutamento e da formação de microempreendedores de baixa renda, sobretudo mulheres, como força de venda descentralizada, micro franquias ou venda porta-à-porta.

No exemplo da Natura, cujo caso foi mapeado pelo PNUD como boa prática de negócio inclusivo, a empresa distribui seus produtos atualmente em sete países da América Latina através de uma rede de 1.5 milhões de revendedores, a maioria mulheres. Contudo, a despeito dos inquestionáveis benefícios gerados pelo incremento à renda, a inclusão econômica promovida por tais modelos acaba por precarizar as relações de trabalho, pois os benefícios deste modelo têm validade apenas enquanto os revendedores estiverem aptos ao trabalho, sendo a eles negado o direito de adoecer, envelhecer e férias. Segundo Abílio (2014), este sistema, marcado pela ausência de formas definidas e de regulação pública, coloca os revendedores na mesma condição de informalidade que vendedores ambulantes. Além disso, a empresa acaba transferindo parte dos custos de divulgação e promoção, bem como os riscos de inadimplência e estoque, aos consultores. Custos e riscos, estes, com os quais os consultores devem lidar a partir de seu suposto “espírito empreendedor”.

Por fim, 77% dos casos mapeados afirmam incorporar populações de baixa renda em suas cadeias de valor como consumidores. A “***inclusão via consumo***” baseia-se fortemente na premissa de que há um gigantesco poder de compra global – na casa de 5 trilhões de

9 de distribuição comercial sem vínculo empregatício entre revendedor e a empresa.

dólares¹⁰ – inexplorado na base da pirâmide social (IFC & World Resources Institute, 2007). Assim, muitas empresas passaram a ofertar produtos e serviços adaptados às realidades e ao poder de compra dos mais pobres, motivadas pelas projeções de mercado deste nicho e pela possibilidade de, com isso, aliviar efeitos da pobreza.

A abordagem de inclusão via consumo e os argumentos que a sustentam têm sido duramente criticados por diversos economistas, com destaque para Annel Karnani (2007), que contesta as enormes cifras apresentadas por Prahalad, afirmando que o mercado da base da pirâmide é, na realidade, bem menor e menos lucrativo do que se espera. Karnani defende que a ampliação do leque de escolhas do indivíduo de baixa renda, com a entrada de grandes empresas nestes mercados, não implica necessariamente na melhora de sua situação de pobreza, ainda que possa aumentar seu bem-estar imediato. Mantida sua renda nominal constante, a única maneira de um indivíduo pobre consumir novos bens e serviços seria em detrimento de outros já existentes em sua cesta, como alimentação e moradia. Assim, é possível que este desloque recurso de investimentos de alta prioridade para bens supérfluos e tenha, portanto, uma queda em seu bem-estar no longo prazo.

35% dos casos de inclusão via consumo atuam na oferta de serviços financeiros, como microcrédito; 21% serviços de saúde; 14% educação; e 8% água e saneamento; e 6% eletricidade. Embora muitos destes sejam considerados serviços básicos em boa parte dos países, apenas 25% dos casos mapeados fazem alguma interface com governos. Ao contrário, a grande maioria se apresenta como único serviço disponível, na ausência do serviço público, ou como alternativa concorrente ao serviço público existente.

A alta incidência dos serviços de microfinanças na amostra está relacionado, por sua vez, com a premissa de que há uma excepcional energia empreendedora e inovadora em meio à população de baixa renda e com a crença de que, uma vez fortalecidos os pequenos empreendimentos destas pessoas, a economia do país seria impulsionada como um todo (CHANG & BATEMAN, 2012). Esta ideia é respaldada pelo argumento, amplamente disseminado por Muhammad Yunus (2007), de que os indivíduos pobres não prosperam, pois não conseguem obter dinheiro para concretizar suas visões, seja pela discriminação que sofrem pelos bancos convencionais, seja pelas altas taxas de juros cobradas pelos agiotas locais.

Contrapondo esta premissa, evidências apontam que boa parte destes empreendedores são, na realidade, “empreendedores por necessidade”. Segundo Banerjee e Duflo (2011), salvos em casos talentos genuínos –encontráveis em qualquer classe econômica – a grande maioria dos microempreendimentos da base da pirâmide são negócios de subsistência, com baixíssimo potencial de crescimento, geração de renda, diferenciação e criação de empregos. Como resultado, alcançam um retorno muito baixo, o que dificilmente se converte em reinvestimento e ampliação do negócio, dadas as necessidades de subsistência destes empreendedores. Chang e Baternan (2012)

10 O estudo feito pela IFC & World Resources Institute em 2007, que teve uma imensa repercussão no meio empresarial, afirma haver um mercado consumidor de aproximadamente 5 trilhões de dólares em meio aos 4 bilhões de pessoas vivendo em situação de pobreza.

ressaltam que a visão contemporânea de empreendedorismo é excessivamente afetada pela perspectiva individualista. Omite-se o fato de que sem o respaldo de uma infinidade de instituições coletivas – infraestrutura, legislação empresarial e comercial, sistema educacional e de pesquisa, sistema financeiro, entre outros – figuras como Bill Gates jamais alcançariam êxito.

Portanto, apesar dos benefícios incrementais inegáveis ocasionados por tais práticas empresariais, estas se mostram pouco capazes agir na efetiva redistribuição de poderes e na conformação de um modelo de governança mais democrático e favorável aos interesses dos países periféricos (CRAIG & PORTER, 2005; RUCKERT, 2006). Ao contrário, estas iniciativas transformam as questões sociais resultantes dos desequilíbrios do sistema econômico em novas oportunidades de acumulação de capital.

Entres as muitas contradições deste cenário, está também o fato de que algumas das multinacionais que figuram entre os casos de negócios inclusivos listadas pelas Nações Unidas, como Procter & Gamble, Coca-Cola e Pepsico, encontram-se também entre os 50 maiores empresas estadunidenses que utilizam paraísos fiscais offshore para evadir divisas, segundo a lista publicada pela ONG Oxfam em 2016.

Nota-se, portanto, um significativo distanciamento entre os motores reais de exclusão intrínsecos ao capitalismo e o potencial de inclusão de tais modelos de negócios. Isto, nos leva a inferir que, no bojo deste novo conjunto de respostas do capitalismo às suas críticas, as reivindicações voltadas à redução das desigualdades e erradicação da pobreza (*poverty eradication*) acabaram sendo atendida superficialmente, reduzindo-se a operações paliativas para o mero “alívio” da pobreza (*poverty relief*).

5 | CONCLUSÃO

A apreciação deste conjunto de iniciativas permite identificar traços relevantes do espírito do capitalismo vigente – como a centralidade do indivíduo e a flexibilização –, explícitos nas premissas de empreendedorismo individual e no seu distanciamento das garantias sociais e direitos coletivos. Nesta nova lógica de inclusão, como aventavam Boltanski e Chiapello, aqueles dotados de mobilidade e capacidade para expandir redes – neste caso, cadeias de valor – que incluam os mais fracos, conquistam uma chancela positiva na sociedade e conseguem se respaldar perante à crítica.

A observação da abordagem de negócios inclusivos em perspectiva histórica, permite também problematizar o lugar de destaque que o protagonismo do setor privado na condução do desenvolvimento tem ganhado no cenário internacional. Os organismos multilaterais de desenvolvimento, ao estreitarem suas pautas com o setor privado em temas como negócios inclusivos – em detrimento de outros temas críticos e estruturais, como evasão fiscal, investimento produtivo, corrupção, transparência em atividades de lobby, financiamento privado de campanhas políticas, entre outros – reduzem suas abordagens de desenvolvimento de longo prazo e combate às desigualdades ao mero alívio da pobreza.

Ademais, o redirecionamento das responsabilidades de provisão de bem-estar do público

para o privado se faz preocupante no que diz respeito a submissão das necessidades vitais dos cidadãos aos imperativos de lucro e às inconstâncias do mercado. Sob o ponto de vista estrito da conduta empresarial, esta reformulação de práticas em direção a operações mais responsáveis representa, certamente, um grande avanço. Contudo, estratégias empresariais – marcadas pelo voluntarismo, pela volatilidade do mercado e pelos compromissos de curto prazo – não podem ser confundidas com estratégias de desenvolvimento – que, ao contrário, devem ser balizadas por compromisso com o bem público e com o bem-estar da coletividade no longo prazo.

Por fim, a leitura dos fatos à luz da teoria boltanskiana e chiapelliana nos indica que o tom reformista do neoliberalismo inclusivo e suas abordagens híbridas – a Terceira Via, o CDF e, sobretudo, os negócios inclusivos – não têm sido suficientemente inclusivos de modo a gerar um consenso mínimo entre a sociedade e o grande capital. Não pudemos perceber, sobretudo em meio à crise dos anos 2008, uma contenção do poderio excludente do sistema capitalista, no sentido polanyiano, como assistimos outrora com a ascensão da social democracia. Conclui-se que uma articulação de uma crítica social que parta de reivindicações mais profundas – direcionadas às pedras angulares da exclusão social e ancoradas em uma crença revitalizada nas capacidades estatais em coordenar um projeto de crescimento sustentado, inclusivo e democraticamente participativo – se faz urgente e fundamental.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. **Sem maquiagem**: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos. São Paulo: Boitempo, 2014.

ADAMS, B.; MARTENS, J. **Fit for whose purpose?** Private funding and corporate influence in the United Nations. Nova York: Global Policy Forum, 2015.

BANERJEE, A.; DUFLO, E. **Poor Economics: A radical rethinking of the way to fight global poverty**. Nova York: Public Affairs, 2011.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard, 1999.

BUSINESS CALL TO ACTION. **Uncharted Waters**: Blending value and values for social impact through the SDGs. UNDP, 2016.

CHANG, H. **Bad Samaritans**. New York: Bloomsbury Press, 2008.

_____; BATERMAN, M. Microfinance and the Illusion of Development: From Hubris to Nemesis in Thirty Years. **World Economic Review**, v.1, p.13-36, 2012

CRAIG, D.; PORTER, D.: The third way and the third world: poverty reduction and social inclusion strategies in the rise of 'inclusive' liberalism. **Review of International Political Economy**. University of Auckland, v. 11 n.2, p.226-263, May. 2005.

FRASER, N. **O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história**. New Left Review, n. 56, março-abril, 2009.

IICPSD. **Business+ Inclusive Business: A New, Sustainable a New Sustainable and Innovative Private UNDP**, 2015.

IFC & World Resources Institute. **The next 4 billion: Market Size and business strategies at the base of the pyramid**, 2007.

HAMMOND, A.; KRAMER, W.J.; TRAN, J.; KATZ R. **The next 4 billion: Market Size and business strategies at the base of the pyramid**. Washington: World Resources Institute & International Finance Corporation, 2007.

IMF. **Strategy, Policy, and Review Department Causes and Consequences of Income Inequality: A Global Perspective**. Strategy, Policy, and Review Department. IMF Staff Discussion Note. Junho, 2015.

JOLLY, R. **Underestimated Influence: UN Contributions to Development Ideas, Leadership, Influence and Impact**. In: CURRIE-ALTER, B.; KANBUR, R.; MALONE, D.; MEDHORA, R. *International Development: Ideas, Experience, and Prospects*. Oxford: Oxford University press, 2014.

KARNANI, A. **The Mirage of Marketing to the Bottom of the Pyramid: How the Private Sector can help Alliviate Poverty**. *California Management Review* v. 49, n. 4, 2007.

KOTLER, P.; HESSEKIEL, D.; LEE, N. **Boas ações: uma abordagem empresarial. Como integrar marketing e ações corporativas que geram dividendos sociais e retorno financeiro sustentável**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

OXFAM. **Broken at the top**, Oxford: Oxfam, 2016.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORTER, M.; KRAMER, M. Criação de valor compartilhado. **Harvard Business Review Brasil**. Janeiro, 2011.

PRAHALAD, C.K. **The Fortune at the Base of the Pyramid: Eradicating Poverty through Profits**. Estados Unidos: Wharton School Publishing, 2004.

PRAHALAD, C.K; HAMMOND, A. Serving the World's Poor, Profitably. **Harvard Business Review**. Setembro, 2002.

REINERT, E. **Como os Países Ricos Ficaram Ricos... E por que os Países Pobres Continuam Pobres**. Tradução Caetano Pena. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

RICHARDSON, J. L. **Contending Liberalisms in World Politics: Ideology and Power**. Boulder: Lynne Rienner, 2001.

RUCKERT, A. Towards an Inclusive-Neoliberal Regime of Development: From the Washington to the Post-Washington Consensus. **Labour, Capital and Society**. University of Ottawa, v. 39, n. 1, p.34-67, abril, 2006

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SEN, A. **Development as Freedom**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

STIGLITZ, J. E. **A Globalização e seus Malefícios**. São Paulo: Futura Editora, 2002.

UNCTAD. **Development Policies and Income Inequality in Selected Developing Regions, 1980–2010**. Discussion papers n. 210 Dec, 2012.

UNCTAD; CENTER FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT HARVARD UNIVERSITY. **The World Bank's Poverty Reduction Strategy Paper Approach: Good Marketing or Good Policy?** G-24 Discussion Paper Series Research papers for the Intergovernmental Group of Twenty-Four on International Monetary Affairs,

n.21, 2003.

UNDP. **Inclusive Markets Development Handbook**. Nova York: Private Sector Division, Partnerships Bureau, 2010.

UNITED NATIONS. **Framework for Business Engagement with the United Nations**. New York: Global Compact Office, 2008.

WORLD BANK. **Toward a Comprehensive Development Framework**. OED Working Paper Series, n.16, Washington, 2000.

_____. **A Proposal for a Comprehensive Development Framework**, 1999.

YUNUS, M. **Creating a World Without Poverty: Social Business and the Future of Capitalism**. Nova York: PublicAffairs, 2007.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

DENISE PEREIRA: Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especialista em Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento, pela Censupeg. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO: Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (2018), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2005), graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2001). Atualmente é professora assistente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Annales 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86

Antropologia 29, 46, 61, 76, 77, 83, 85, 112, 119, 120, 124, 133, 134, 136, 137, 143, 153, 160, 163, 166, 196

Araweté 11, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153

C

Camelôs 13, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25

Cidadania 69, 100, 102, 103, 104, 110, 121, 127, 130, 184

Ciência 26, 27, 29, 30, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 100, 113, 118, 154, 157, 158, 163, 165, 180

Complementaridades 26, 36, 150

Comunidade 1, 3, 5, 10, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 73, 74, 75, 101, 118, 125, 126, 130, 133, 210, 217

Conflitos 4, 19, 45, 47, 48, 51, 57, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 93, 113, 132, 154, 217

Conhecimentos 9, 1, 2, 10, 26, 29, 30, 48, 52, 53, 91, 123, 126, 131, 137, 163, 173, 210

Crônica 88, 89, 90, 98, 191

D

Deleuze 143, 145, 146, 147, 152

Democratização 100, 104

Desenvolvimento 3, 6, 9, 17, 29, 43, 45, 47, 49, 50, 51, 52, 54, 56, 65, 70, 92, 93, 105, 108, 109, 110, 114, 118, 123, 126, 127, 133, 171, 184, 191, 208, 214, 215, 217, 218, 219, 221, 223, 224

Diálogo 9, 26, 29, 30, 43, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 75, 95, 103, 108, 109, 113, 127

Dicotomias 26, 33, 38, 41

E

Economia Solidária 1, 5, 6, 8, 130

Educação 45, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 117, 118, 119, 120, 126, 127, 130, 131, 134, 175, 207, 212, 227

Elementos 1, 3, 7, 8, 14, 15, 18, 19, 34, 36, 37, 46, 57, 66, 74, 82, 91, 92, 101, 112, 115, 124, 130, 161, 165, 166, 170, 198, 216

Etnocentrismo 71, 80

Extensão universitária 1, 6, 7, 9

F

Feira de Santana 13, 16, 17, 19, 20, 21, 24, 25

H

Habilidades 61, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 210, 220

I

Identidade 58, 75, 86, 111, 119, 120, 150

M

Mediação 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 162

Memória 4, 35, 56, 72, 123, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 189, 191, 192, 193, 194, 195

Missão francesa 71, 79, 80, 81, 82, 87

Mulher 54, 167, 168, 169, 170, 173, 174, 175, 185, 191

N

Nação 71, 72, 73, 74, 75, 159, 164, 176, 184, 204

Nobreza 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

O

Ossos Pélvicos 137

P

Pesquisa-ação 1, 2, 5, 104

Podcast 100, 104, 106, 110

Políticas públicas 56, 66, 121, 123, 126, 127, 128, 132, 133, 135

Povos indígenas 47, 57, 111, 112, 118, 148

Q

Quilombola 118, 119, 121, 124, 125, 126, 130, 131, 132, 133, 134

R

Região 5, 17, 20, 45, 46, 47, 49, 50, 54, 56, 57, 78, 82, 98, 130, 132, 136, 195

Rei 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 160, 162

S

Sexo 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 168, 185, 186

Sistemas complexos 26, 27, 37, 40, 42, 114

T

Terra 47, 48, 50, 51, 52, 55, 66, 80, 81, 97, 122, 123, 124, 125, 127, 132, 134, 147, 148, 149, 179, 180, 181, 183

Territorialidades 13, 14, 15, 56, 57

Trabalho 9, 12, 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 47, 48, 50, 53, 54, 57, 61, 62, 66, 82, 83, 91, 102, 108, 119, 121, 123, 124, 125, 132, 134, 144, 167, 169, 170, 171, 172, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 185, 186, 191, 192, 193, 201, 205, 208, 210, 216, 219, 221, 224

U

USP 25, 44, 57, 71, 75, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 153

V

Viabilidade 8, 59, 63, 66, 70

Vídeo 100, 104, 106, 107, 108, 109

Violência 51, 117, 123, 167, 168, 169, 167, 170, 171, 173, 174, 175, 184, 185

Viveiros de Castro 143, 144, 147, 148, 150, 151

 **Atena**
Publisher
2 0 2 0